

DIFERENTES SOCIOCOSMOLOGIAS NAS TELEPERFORMANCES DO PERFORUM

DIFFERENT SOCIOCOSMOLOGIES IN THE TELEPERFORMANCES OF PERFORUM

Yara Guasque

UDESC

Resumen: As sociocsmologias dos povos nativos e dos afrodescendentes poderiam ter sido mais fecundas nas teleperformances do Perforum nas celebrações do Brasil 500 anos. Impulsionaram várias per-formances sem, no entanto, atravessarem o corpus teórico dos integrantes do Perforum na época. A relevância necessária sobre o devir-negro e o devir-ameríndio dos anos por vir só foi alcançada com as leituras teóricas mais recentes sobre a descolonização.

Palavras clave: teleperformances; Perforum; sociocsmologias; devir-negro; devir-ameríndio.

Resumo: *The sociocsmologies of native people and of Afro-descendants could have been more fruitful in the teleperformances of Perforum in the celebration of Brazil's 500th anniversary. They stimulated several performances without, however, crossing the theoretical corpus of Perforum members at the time. The necessary relevance of the Black-becoming and the Amerindian-becoming of the years to come was only achieved with the most recent theoretical readings on decoloniality.*

Palavras-chave: *teleperformances; Perforum; sociocsmologies; black-becoming; ameridian-becoming.*

No Deutches Technik Museum de Berlim, museu de ciência de Berlim, na visita de março de 2019, duas peças me intrigaram dentre as que estavam expostas: a máquina de Joseph Jacquard, de 1804, para reprodução de estereótipos em tecelagem e uma fotografia de Gandhi com seu aparato de tecelagem manual. Eu já tinha lido muito sobre a máquina de Charles Babbage, a Analytical Engine, considerada a precursora do computador contemporâneo. Charles Babbage, em torno de 1834, desenvolveu - *a posteriori* do invento de Jacquard -, um aparato automático cuja programação foi escrita com a colaboração de Ada Augusta Lovelace. Os cartões perfurados de Jacquard não só guiavam a máquina a reproduzir brocados com cores e padrões florais estereotipados, mas, segundo Ada Lovelace, poderiam produzir música unindo matemática e poesia.

Encontrar a máquina de Jacquard em funcionamento, ocupando grande parte do andar térreo logo na entrada, foi uma surpresa em um museu de tecnologia. Em horário programado era colocada em operação. Ruidosa, a máquina seguia o padrão dos cartões perfurados alternando as pinças dos fios coloridos e quase sempre se engasgava em um ou outro fio. O que obrigava a mediadora do setor educativo da exposição interrompê-la para reiniciar o aparato, tendo antes de subir em uma escada para colocar o fio novamente na pinça apropriada.

Semelhantes máquinas provavelmente foram trazidas para Santa Catarina, no início da produção têxtil do vale do Itajaí. Pois a Haco, uma empresa de etiquetas hoje global, produzia no passado as fitas de brocados com motivos folclóricos que a máquina, tão eficientemente, fabricava.

Já a parte de Gandhi era pequena e silenciosa, constituída de pôsteres que narravam sua trajetória individual, estudos e formação até seu

engajamento político em prol de várias causas, com suas ações de resistência. Na seção havia um pequeno retrato de Gandhi tecendo em seu próprio tear. A Grã-Bretanha no período colonial obteve a transferência de domínio da Índia. A Índia no início fornecia matéria-prima como lã e algodão para a fabricação de tecidos para a então em ascensão indústria fabril da Grã-Bretanha. Mais tarde, a Grã-Bretanha passou a exportar para a Índia o tecido como produto acabado. Os indianos serviam tanto como mão de obra trabalhando a matéria prima, lã e algodão, para exportá-la aos britânicos, quanto, depois, como consumidores importando os tecidos como produtos acabados fabricados industrialmente. De acordo com o museu, Gandhi em protesto contra a dependência da Índia em relação a potência britânica, retornou ao hábito de fabricar manualmente em seu tear os tecidos de suas vestimentas. Tecer artesanalmente era uma prática antes habitual para os indianos, que depois com o período colonial ficaram dependentes da facilidade de ter o tecido produzido pelas máquinas mais modernas dos britânicos, o que significou a falência de sua indústria local e os fez aposentar os teares de antes.

Estes dois exemplos da indústria da tecelagem ilustram um pouco a cronologia das invenções no setor. Mas falam também da evolução linear progressista do projeto de modernizar que pouco considera o legado de outras culturas ditas pré-modernas. A imposição de outro modelo de cultura tido como superior, implicado na política colonialista, poderia ser reconsiderada. As mostras no museu pareciam admitir que a ideia de progresso tecnológico que suplantaria as invenções do passado poderia ser revista. Nem sempre a tecnologia vem acompanhada do progresso do tecido social. Se as tecnologias e a formação de coletivos fossem interdependentes, os desastres ambientais e



Figura 1 – Haco. Foto da autora, 2010. Arquivo da autora

as necessidades básicas do ser humano não seriam negligenciados. Haveria espaço para questionamentos quanto a direção do crescimento econômico e do progresso de nossas sociedades de consumo. Gandhi parece ter, desde cedo, desconfiado da promessa de prosperidade para todos pregada pelas sociedades modernas. E intuído que não haveria espaço para todos do globo serem modernos.

Reverendo nossas raízes coloniais

A tecelagem marcou a história da industrialização em Santa Catarina, estado com forte presença de colonos alemães. Alguns nomes de empresas catarinenses como Cremer, Artex, Haco, Buddemeier, Buetner, Karsten, Tekka, Sul Fabril e Hering mostram a presença do setor.

A presença da colonização europeia de origem alemã e italiana se faz visível inclusive no design europeu adotado como padrão por estas empresas. Os padrões projetados pelas máquinas contrastam com os possíveis padrões das faturas indígenas, por exemplo. O design das manufaturas locais dos Xoklengs, Kaigangs, Carijós ou Guaranis não exerceu qualquer influência sobre a produção têxtil da região. Tampouco vemos reflexos do vestuário dos escravos, de origem africana, que no estado trabalharam. A tecelagem catarinense teve forte inclinação aos padrões culturais europeus e resultante dependência tecnológica (Figura 1).

Ilustram diferentes noções de progresso, as divergências entre Ihering e Rondon tornadas públicas no início do século XX. Santa Catarina, o estado do sul brasileiro que se orgulha da sua procedência europeia foi povoado por bandeirantes em 1637. Poucos são os traços culturais dos remanescentes indígenas Xokleng e Kaigáng, que ocupam suas terras a séculos, e dos afrodescendentes que construíram como escravos o estado. Os europeus, que como co-

lonos se fixaram no estado no século XIX, foram trazidos para substituir a mão de obra do negro e do índio. O índio era considerado um empecilho a ser exterminado para o desenvolvimento do país. Contrário a esta noção de progresso, os trabalhos da linha telegráfica de Rondon que estabeleceram contato com inúmeras tribos, na fronteira de Mato Grosso que até 1928 não tinha sido desbravada e mapeada, abriram involuntariamente o oeste brasileiro para as rotas do avanço do progresso.

As afirmações preconceituosas do cientista alemão Von Ihering contrariavam a crença do mato-grossense Rondon, o militar indigenista conhecido por seu lema de nunca matar o índio, que defendia a possibilidade de integrar o índio à sociedade e de manter sua área de ocupação intacta. Von Ihering, que imigrou para o Brasil em 1880, se fixando primeiramente no Rio Grande do Sul, foi incorporado como pesquisador pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro e depois pelo Museu Paulista.

Para Ihering, que desprestigiava a cultura indígena, o índio não se prestava ao trabalho obrigando o estado a importar mão de obra estrangeira para a lavoura. Em 1904, Von Ihering publica um panfleto distribuído no pavilhão brasileiro da Exposição Universal na França, no qual descreve o índio, mesmo aquele aculturado, como empecilho para o avanço da modernidade em terras brasileiras. Quatro anos depois, as atrocidades em relação aos povos Kaigáng e Xokleng foram denunciadas no encontro de Viena de 1908, Internacional Congress of Americanists, ICA, por Alberto Vojtěch Frič, imigrante checo e recém-chegado na época ao Brasil (ROHTER, 2019, p. 176).

Até os dias de hoje, as áreas das reservas indígenas são ameaçadas de diminuição, mesmo as já acordadas por governos anteriores. O Brasil quer se livrar da responsabilidade dos povos

nativos e deixar os indígenas quase sem respaldo governamental, a enfrentar grileiros, garimpeiros e corporações nacionais e internacionais que adentram suas áreas. Nas formas mais contemporâneas de colonização, novas empresas transnacionais degradam o meio ambiente dos países periféricos com seus empreendimentos, praticando o que é considerado racismo ambiental. Impedidas de exercerem suas atividades em seus países de origem, devido a leis rigorosas de proteção ambiental, por exemplo, estas empresas acabam atuando em países distantes.

O passado que ainda assombra

Na colônia, como nos diz o camaronês Achille Mbembe, teórico do pós-colonialismo, muitas sepulturas foram profanadas e objetos saqueados em troca de obras de infraestrutura como palácios, pontes, museus e monumentos (MBEMBE, 2018, pp. 224-227). A convicção dos europeus de que os indígenas seriam uma forma degenerada de humanos sempre o fizeram crer que a colonização era uma benfeitoria inquestionável do projeto de civilização (MBEMBE, 2019, p. 176). Monumentos e esculturas de personalidades cruéis do passado no espaço público, que só agiram com violência enquanto vivos e que, ainda hoje, assombram os ex-colonizados. Os projetos memorialistas que constroem escolas, postos de saúde, estradas, parques e outras benfeitorias, como água potável e eletricidade, não curaram as feridas. Ruas, praças e avenidas e inúmeros monumentos em São Paulo ainda comemoram os empreendimentos dos bandeirantes, caçadores de silvícolas. No parque Ibirapuera, que abriga a Bienal Internacional de São Paulo, símbolo do cosmopolitismo Sul Americano, o Memorial às Bandeiras de Victor Brecheret, construído em homenagem aos Bandeirantes, foi pichado em 2013 por uma nova sensibilidade aflorada em ativistas indíge-

nas, que não querem conviver com monumentos que exaltem seus agressores¹.

A história do Brasil terá de ser recontada incluindo as narrativas dos povos nativos que aqui viviam. Se de um lado há esta reivindicação do desmantelamento das estruturas da colonização e de suas edificações, de outro na nova onda colonialista que acreditáramos extinta, o estado varre deliberadamente quatro áreas que poderiam contestar a versão do Brasil como um país branco, descendente de europeus: as artes, a cultura, a educação e o meio ambiente. No entanto, várias frentes nacionais e internacionais se organizam para resistir. Por sorte há um reconhecimento internacional da importância da contribuição destes povos à cultura brasileira. Como o projeto de exposição Indigenous Histories, com curadoria de Sandra Benites, doutoranda de Antropologia Social da UFRJ e remanescente da tribo Guarani Nhandewa, que foi premiado pela Sotheby's. A exposição projetada para ser exibida no MASP, em 2021, é viabilizada pelo Sotheby's Prize destinado a curadores com relevante atuação. Esse protagonismo de indígenas ou de seus descendentes é mais do que bem-vindo. Pois, de acordo com Viveiros e Castro (2018, pp. 230-231), "não podemos pensar como os índios; podemos, no máximo, pensar com eles".

Como pensar eventos telemáticos

As tecnologias sonhadas nos fascinam, mas é preciso cautela para pensarmos como nossas vidas são modificadas por elas. Passamos necessariamente pelas tecnologias para enfim pertencermos ao que é mais atual no mundo, mas este processo nem sempre significa uma evolução social. Além do fato de não exercemos

¹ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>

qualquer influência sobre o *design* das plataformas de telecomunicação que usamos, deixamos para trás uma certa convivialidade das sociedades anteriores que o progresso técnico apagou. Nossa convivialidade não as moldou. Foram as tecnologias sonhadas, que não são neutras, que nos moldaram com suas estruturas pré-definidas.

O projeto Perforum, que atuou entre os anos de 1999 e 2001, se propôs a celebrar os 500 anos do país através da arte telemática, quando inexistiam no Brasil as taxionomias de Live Art ou de Net Art como modalidades competitivas dos festivais. Mais do que vencer as distâncias continentais, no caso do Brasil, o projeto pretendia discutir a questão dos excluídos do ciberespaço com teleperformances incluindo nas celebrações a participação dos índios. Para tanto, criou encontros presenciais e telepresenciais que possibilitassem a interlocução entre os convidados dos dois grupos que se formavam: Perforum Desterro, que coordenei, e Perforum São Paulo, coordenado por Artur Matuck.

As teleperformances do Perforum exploraram a interação e linguagens nos formatos disponibilizados pelos equipamentos de Ensino a Distância. Não sabíamos quais formatos das telecomunicações, tateando os possíveis caminhos daquele momento, iriam vingar. Depois quando as videoconferências online foram fixadas pelas corporações e se tornaram corriqueiras, as teleperformances acabaram por perder o atrativo de antes.

As discussões dos *scripts* colaborativos se deram na maior parte através da troca de mensagens assíncronas, dentro das listas de discussão dos grupos, pois a convivência entre os membros dos grupos era a distância.

Nossa primeira videoconferência, Linguagens Interativas e Arte Experimental, de 23 de setembro de 1999, contou com diversos *scripts*

em coautoria, e coletivos, explorando narrativas. Transmitimos o curta-metragem de Rafael Mamigonian, Seu Chico. O documentário trazia um pouco do mundo de Seu Chico, um morador isolado do sertão do Ribeirão, da Costa de Dentro no sul da ilha de Florianópolis, que fabricava pinga artesanal. Nossa ideia não era veicular ou transmitir um conteúdo já processado, mas nesta primeira sessão usamos o documentário como disparador de narrativas. Nos cinco desenhos que Ina Oestroem, na época uma criança de 10 anos, realizou durante a narrativa de Artur Matuck sobre *Seu Chico*, o globo aparece em todos os desenhos da sequência: o globo e um menino sem camisa cheio de exclamações; depois o globo e o menino uniformizado com os trajes de futebol; em seguida o globo e o menino já adulto trajando um terno que chora as “lágrimas de um oceano”; e por fim, o globo exaurido de bengala e o menino como um velho cansado e decepcionado. O quinto desenho mostra Artur, um astronauta, planetas e um foguete. Como se não fosse mais possível coabitar o globo sendo o espaço sideral a única saída.

Quando o ano de 2000 se aproximou, acreditávamos já ter repertório suficiente para as teleperformances que viriam, por estarmos mais habituados às tecnologias dos laboratórios de videoconferência do Ensino a Distância. Outra preocupação eram as questões éticas ao convidarmos indivíduos de nações indígenas e afrodescendentes, para os incluirmos na teleperformances das celebrações do Brasil 500 anos. Este foi o ponto cego na época para o grupo, não termos percebido que na relação nós exercíamos o papel do colonizador. Eram estranhos às comunidades indígenas e quilombolas não só as tecnologias de telecomunicação, com suas sofisticadas câmeras e sistemas de *codec* para a digitalização das imagens e sons. Mas também a arte telemática.

Não só os dois grupos do Perforum atuavam nas teleperformances experimentando as tecnologias disponibilizadas pela rede de alta velocidade, RMAV na época, que se formava interligando com cabeamento de fibra ótica 14 pontos pelo país. Outros indivíduos e grupos de teleperformance foram convidados a interagir, como o Corpos Informáticos² usual frequentador das salas multiusuário, do iVisit, coordenado por Bia Medeiros, com a presença de Carla Rocha. Com as teleperformances que aconteciam regularmente mês a mês, exploramos a ociosidade dos intervalos do Ensino a Distância praticando experimentalmente linguagens híbridas. Apoiadores que disponibilizaram seus espaços e técnicos como os laboratórios de Ensino a Distância das Universidades Catarinenses UFSC, UNIVALLI e UDESC e das Paulistas FEA/USP, Anhembi-Morumbi e as salas comerciais como a TELESC, em Florianópolis, e a Sonny, em São Paulo, foram fundamentais para o desenvolvimento de nossa prática. A rede da internet também disponibilizava gratuitamente softwares como as salas do iVisit. As sessões de teleperformance eram realizadas com ligações discadas da RDSI com alta definição de imagem e de som usando *datafone* 64 (um para som e outro para imagem); *streaming* de vídeo pelo Real Player em tempo real; salas multiusuário do iVisit na internet; e depois com sessões *multicast* testadas experimentalmente pela RMAV-FLN (Rede Metropolitana de Alta Velocidade). Com a continuidade das teleperformances, que atraíam artistas e estudantes de diversas áreas, teatro, cinema, artes visuais e música, almejávamos a criação de um laboratório de Mídia e Performance para a Internet 2.0 na USP, o que, no entanto, nunca se concretizou.

2 O Corpos Informáticos é um coletivo de artistas e um grupo de pesquisa coordenado pela artista e professora Bia Medeiros. Surgiu a 30 anos e com forte atuação no campo da performance no Brasil. Informações complementares em <http://www.corpos.org/>.

Duas visões

Dois visões impulsionaram o projeto Perforum que nasceu da disciplina *Escrituras Eletrônicas*, ministrada por Artur Matuck, na ECA USP, em 1988. A disciplina reuniu artistas e interessados na produção das novas linguagens experimentais em tecnologias. A bibliografia da disciplina partia dos pioneiros da arte computacional, Ramon Llull entre outros, às perspectivas mais pós-modernas da poesia como OULIPO, *Ouvroir de Littérature Potentielle* e Unica Zürn, com seus anagramas. Na concepção de Artur Matuck o projeto Perforum era “um evento de telecomunicação, artes, performance e novas narrativas” que deveria formar um banco de dados com *scripts* coautorados como exercício de linguagens. Mas meu projeto de doutoramento sobre telepresença, interação e interfaces exigia uma observação prática, e para tanto as estações de Ensino a Distância foram grandes facilitadoras.

Olhando retroativamente, me arrisco a dizer que a necessidade de incluirmos diferentes atores na rede não previu que as teleperformances beneficiariam alguns indivíduos em detrimento de outros. Por exemplo, quando convidamos Sr. Sebastião da Penha, da comunidade cafuzada de José Boiteaux, SC, para um evento no qual ele dialogaria com Hipahindi Toptiro da nação Xavante, de Mato Grosso. Para tanto, o Sr. Sebastião teve de se deslocar de ônibus de José Boiteaux para o bairro Agrônoma, de Florianópolis, onde ficava o Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, para participar deste encontro de telecomunicação. A viagem até a capital de Santa Catarina levava cerca de 8 horas, quando de carro a viagem, ainda hoje, dura em média umas cinco horas. É sabido que os povos indígenas, acostumados a uma tradição oral, são redundantes em sua linguagem verbal. Assim, o vídeo poderia capturar mais a linguagem corporal dos dois indivíduos, o que nos pareceu

Figura 2 - Performance de Celso Fonseca, 2000. Imagem do sistema de videoconferência. Arquivo da autora



interessante. No entanto, o formato semelhante de uma entrevista foi muito discutido, pois nos pareceu tê-los inibido. As questões foram propostas pelo mediador Daniel Izidoro e colocadas para o Sr. Sebastião e Hipahindi, um em cada ponta da teleconferência. Ambos respondiam a Izidoro que por sua prática cinematográfica e teatral era acostumado a *scripts* e a roteiros engessando as possibilidades de interação. Além do formato, questionamos também o desgaste dos entrevistados, e o custo de seu deslocamento.

Com a aproximação do inverno e os festejos em torno da colheita do pinhão, os Kaingang do planalto celebram em um ritual os mortos. Na época, algumas escolas municipais do planalto catarinense contavam com webcâmeras. Chegamos a cogitar conectarmos com os pontos possíveis do planalto, ou mesmo em trazer alguns indivíduos da aldeia indígena em Palhoça, não distante de Florianópolis, conhecida como

Aldeia Guarani do Morro dos Cavalos. Tentaríamos em um evento unir as tecnologias de ponta e as comunidades indígenas. Mas, como propor um evento sem cair no mesmo clichê “desenvolvimentista” utilizado pela mídia do governo de Santa Catarina? Mostrar os índios “conectados” na rede enquanto consolidação da rede como obra do governo do Estado?

Como ápice das celebrações do Brasil 500 anos, tivemos a teleperformance autorada de Celso Fonseca (Figura 2), do Perforum São Paulo, que interrogou sua identidade e se as comemorações eram festa de preto, festa de branco, ou festa de índio. Seu poema, narrado por Tereza Labarrère, falava dos ritmos do samba, do carnaval, do afoxé, e na força da raça, e de um Brasil que não sabe lidar com as diferenças, das favelas que ainda assombram, e do Brasil que sendo de uma cor só não se conhece como país. “O Brasil não conhece o Brasil”. O exercício de redescobrimto do país é expresso por um gri-

to de Celso que rompe a sonoridade do poema, enquanto ele rasgava o papel que servira de registro para o poema. Seria o poema uma alforria declarada como documento, mas que nunca se efetivara? Como resposta, nós do Perforum Desterro nos apropriamos das ilustrações de Theodor de Bry mostrando cenas de canibalismo, nas representações que caricaturaram os povos indígenas como bárbaros e regressivos, e bugiangas como objetos usados pelos colonizadores para atrair os indígenas no encontro das culturas. Objetos impregnados dos seres maléficos, *në wãri* na língua Yanomani, que como diz Kopenawa acabaram por adoecer tribos inteiras (Kopenawa, Albert, 2015, p. 178). “As casas dos *në wãri* são abarrotadas de mercadorias ardentes e impregnadas de vertigem, depositadas ou penduradas de todos os lados”.

Em outra ocasião, nos deparamos com o enquadramento da câmera pode ser constrangedor e revelar domínios discursivos desiguais do campo visual. Na nona Videoconferência do dia 31 de outubro de 2000, intitulada *O Corpo no Ciberespaço: Bruxas e Ciborgues*, após termos usados uma tarrafa como metáfora e ponte entre a cultura local da ilha e a rede da internet, além dos usuais participantes tínhamos no dia convidados ilustres como a semiótica Lúcia Santaella, a artista várias vezes premiada Rejane Antoni, a pioneira de dança telemática, Ivani Santana. Eis que pela porta da sala de videoconferência em Florianópolis, que estava aberta, entrou uma adolescente provavelmente entendendo que se tratava de uma reunião ou aula usual, e não percebeu que estávamos atuando a distância. Sua intenção era vender os cosméticos que trazia em uma cesta. Ao se aproximar da tela ao fundo da sala ela podia ver as imagens dos convidados daquela sessão em São Paulo. Enquanto ignorava que sua imagem era capturada pela câmera e projetada na sala

de São Paulo, deixamos que ela expusesse os produtos que pretendia vender. Avisamos que nossos convidados em São Paulo, projetados no painel, a assistiam em tempo real, e que ela se quisesse poderia ofertar seus produtos a eles. Nosso erro foi não ter realizado que era antiético tê-la deixado participar e que o plano de enquadramento da câmera que escolhemos acabou sendo ainda mais desleal com nossa participante imprevista. Enquadramos nossa visitante inesperada focando-a dos pés à cabeça, de corpo inteiro, mostrando inclusive seus pés descalços. Como não havia ninguém interessado em adquirir seus objetos em São Paulo ou na sala em Florianópolis, demos a ela o microfone para que ela cantasse algo de sua preferência. Sua fascinação pela tela que projetava sua própria imagem, e pelo microfone, acabou revelando um protagonismo comovente. Por ela, ter se entregado ao ato de cantar e não ter se acanhado diante do microfone ou da plateia a distância, o que nos tocou. Entretanto, não poderíamos ter considerado sua participação como voluntária. Normalmente, todos os participantes eram previamente informados quanto ao formato das videoconferências e os *scripts* propostos, sendo obrigados a assinar uma autorização de uso de imagem. Sabíamos de antemão que ela não dominava a maneira como seria apresentada através da estrutura de telecomunicação e do enquadramento. E, ao contrário da usual retórica de que a inclusão de diferentes atores por diversificar as vozes é positiva, o enquadramento e o uso da tecnologia mostraram que apesar da tecnologia lhe ser naquele momento acessível, os recursos discursivos não estavam a seu alcance, o que acentuou a desigualdade de participação.

Tínhamos clareza de que as celebrações do Brasil 500 anos marcavam o tempo da ocupação do colonizador na conquista de territórios

na América do Sul, exercida com violência sobre a população nativa. Embora tivéssemos proposto eventos “multiétnicos”, éramos discursivamente despreparados para conceitualmente formularmos o que seria o Redescobrimto do Brasil. Porém, a decolonização como conceito só foi aprofundada com as leituras de autores mais recentes como Mbembe, Viveiros de Castro e Kopenawa.

Ativando retroativamente as diferenças

Nossas ações foram divididas em duas fases, tendo o ano de 2000 como marco: *Antes dos quinhentos* e *Os outros quinhentos* — como carinhosamente apelidamos as performances. Ao tentarmos estabelecer de forma crítica uma interação dialógica entre cafuzos, europeus, africanos e americanos, deveríamos ter discernido nossa imagem no espelho do jogo colonialista e ter adentrado nas questões epistemológicas do colonialismo. Talvez por esta imprecisão entre os aspectos territorialista e epistemológico do colonialismo, não aprofundamos nos eventos multiétnicos o fato de que nosso idioma era de fato o do colonizador. Queríamos por um lado povoar a rede, antes que as corporações ocupassem burocraticamente com propósitos utilitaristas os espaços da rede, tornando-a apenas em nichos do mercado. Ocupar no sentido de colonizar o ciberespaço. Mesmo que procurássemos com teleperformances semear projetos utópicos exercitando uma crítica, acabamos por reproduzir a territorialização tão característica do projeto expansionista colonial.

Também a limitação na época se dava pela indiferenciação entre os termos decolonizar e descolonizar. O termo decolonialidade só apareceu fortemente em anos posteriores, através dos estudos sobre Modernidade/Colonialidade encabeçado por Walter Dignolo e outros intelectuais da América Latina (Enrique Dussel,

Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Nelson Maldonado Torres, Arturo Escobar). Pois não basta descolonizar, isto é, quando o colonizador cessa de exercer seu domínio. É necessário também, na decolonização, que o colonizado faça sua análise no processo.

Mesmo que quiséssemos fomentar a participação dos excluídos do ciberespaço, a ênfase maior recaía na reflexão sobre a interação homem-máquina, sobre a especificidade do meio, os *delays*, a pixelização na atualização da imagem digital, os ecos de vídeo, o processo de mediação nas teleperformances e sobre os processos linguísticos decorrentes desta interação. Muito pouco recaiu sobre a expressão individual e coletiva de grupos minoritários. Somente anos depois do grupo ser extinto, pude tocar em pontos nevrálgicos como a fantasia do tecnologicamente colonizado, ao formular a metáfora telefagia³. O projeto de digitalização dos arquivos das teleperformances do Perforum que coordenei — que os bolsistas de iniciação científica Fabian Antunes Silva, José Elias da Silva Jr e Luiz Haucke Porta levaram a cabo durante os anos de 2004/2006 — consistiu também na elaboração das metáforas telefagia, esquizolinguagens (esquizoescrita e esquizoperformance) e libidoeconomia como facilitadoras para a navegação não linear dos arquivos multimídia das teleperformances. As metáforas como marcadores aglutinaram várias teleperformances e problematizaram algumas questões: a dependência psíquica tecnológica; o fascínio pelas tecnologias; a cooptação das mentes; a capitalização do amor (na relação entre amor e economia), do corpo (o corpo como uma moeda), do conhecimento (nas dessemelhanças entre os beneficiários das trocas de experiência); os privilégios no ciberespaço; a ainda frágil defesa da rede poder ser formada por outros pontos periféricos, por outros “nós” da periferia.

3 <http://webceart.udesc.br/perforum/telefagia/telefagia.swf>

Teleperformances e discursos pré-constituídos

A decolonização não pode ser entendida como uma meta, mas sim como maneiras de resignificação. É um movimento interno que otimiza as várias falas manifestas em muitos segmentos. O livro de Achille Mbembe, publicado em português como *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*⁴, sugere que esta seja uma tarefa mútua tanto das ex-colônias ocupadas quanto dos ex-colonizadores, exigindo uma auto-observação tanto interna, quanto externa. Decolonizar exigiria uma revisão ética e epistemológica, segundo o autor, pois seria necessário transcender a situação colonial que não é mais territorialista, e sim epistemológica.

Reconhecer o colonialismo como uma dominação epistemológica não nos foi possível na época. Apesar de positiva a iniciativa de propor as Oficinas presenciais multidisciplinares de integração inter-racial (agosto de 1999) no sítio de Paula Perissinoto, em Igaratá, São Paulo, que teve Ripahindi Toptiro e a presença de Oahu da Nação Xavante, como convidados especiais. Como também o foram de alguma forma outras oficinas telepresenciais como a do *Encontro Inter-racial* da segunda Videoconferência de 22 de outubro de 1999 entre Ripahindi da Nação Xavante, em São Paulo, e o Sr. Sebastião da Penha, cacique da comunidade dos cafuzos de José Boiteaux, em Santa Catarina. Ou o *script* autorado por Yara Guasque, *A Economia do amor: a questão da mulher negra e da gorda* (17 de dezembro de 1999), que teve a participação da artista Fernanda Magalhães e Elisabete Pinto do **Fala Preta**, um movimento das prostitutas pretas do Recife, que tocou na questão da discriminação da mulher gorda e da preta. Não tínhamos consciência do quanto repetíamos a

grande narrativa do iluminismo, a de trazer outros povos à luzes do conhecimento e da civilização, e em nosso caso trazer outros povos às luzes das telecomunicações. Sem galgar a diferenciação entre os termos descolonização e decolonização, não nos víamos como colonizados, o que nos impediria autoabolir *a posteriori*. Para se autoabolir seria necessário ler criticamente as narrativas das conquistas expansionistas e fazer uma inflexão sobre os discursos pré-constituídos que acabamos por repetir.

O pensamento nativo seria inteiramente fora do jogo discursivo entre irracionalidade e racionalidade, segundo Eduardo Viveiros de Castro: “O que é pensar o pensamento nativo? Pensar, digo, sem pensar se aquilo que pensamos (o outro pensamento) é ‘aparentemente irracional’, ou pior ainda, naturalmente razoável, mas pensá-lo como algo que não se pensa nos termos dessa alternativa, algo inteiramente alheio a esse jogo. Levar a sério é, para começar, não neutralizar” (2018, p.227).

Autoabolir nas palavras de Mbembe (2019, p. 71) significa se colocar no tabuleiro do jogo do colonialismo: “No pensamento da descolonização, a humanidade não existe a priori. É preciso fazê-la surgir através do processo pelo qual o colonizado desperta para a consciência de si mesmo, apropria-se subjetivamente de seu eu, desmonta a cerca e se autoriza a falar em primeira pessoa”.

Se tivéssemos a consciência do quanto colonizados éramos, saberíamos responder as questões colocadas na performance de Celso Fonseca, de abril de 2000, que as comemorações do Brasil 500 deveriam ser festa multicolor, e não de preto, branco ou índio, e também de multilínguas. Assim, teríamos incluído – além da imensa maioria de brasileiros que negam sua ascendência negra e ameríndia: mais branco, menos branco, mais preto, menos preto, mais acobreado

4 Rio de Janeiro: Vozes, 2019. Coleção África e os Africanos.

(dos índios), menos acobreado – todos os estrangeiros imigrantes, sem fazer a distinção nociva entre os da terra e os que vieram de fora.

Tradições inventadas para subjugar

Segundo Mbembe (2019, p. 234) cujo foco é a África, este é um problema dos estudos indigenistas que tocam a América Latina e os países indo-asiáticos, por exaltarem os autóctones — os que são daqui — dos alógenos — os que vieram de lá. Na África contemporânea, segundo o autor, teríamos de incluir inclusive os chineses, que como fazendeiros contribuem para o crescimento do continente. No Brasil, só recentemente há a sensibilização quanto a herança afrodescendente admitindo-se as diversas filiações originárias dos países africanos, que antes eram colocadas como um aglomerado.

As Repúblicas surgiram da oposição racializada que colocou civilizados, de um lado, e primitivos, de outro. Conceitos abstratos como civilização e “humanismo”, bem como a imposição da língua do colonizador sobre os povos nativos, implicaram num sistema de violências (MBEMBE, 2019, p. 106). Sob este viés, de acordo com Mbembe, sem uma autonomia linguística é impossível falar de qualquer independência política, econômica e tecnológica.

Talvez por privilegiar outros interlocutores de terras distantes, onde Davi Kopenawa crê que será melhor ouvido, sua narrativa recaia também nos vícios da biblioteca colonial. Sabendo que sua voz comporá um registro histórico com mais probabilidade de ser propagado além da comunidade Yanomani e dos brancos brasileiros, o livro foi primeiramente publicado na língua francesa, a língua da França que, como país, tem extenso passado colonial. Embora exista no livro *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (KOPENAWA; ALBERT; 2015) um flerte multilíngue com termos Yanomani e um

respeito para conservar a estrutura de pensamento de Davi Kopenawa, da nação Yanomani, fronteira com as Guianas, a narrativa primeiramente privilegiou o francês, que é a língua do antropólogo que o acompanhou ao longo de 40 anos; e mais tarde o inglês, quando foi publicada em 2013 pela Harvard University Press, num esforço por atingir um público mais internacional e globalizado, e estabelecer relações entre mundos acostumados a transações comerciais globais.

A decolonização seria, sobretudo, um chamado a desconstrução do texto da tradição “inventada” da biblioteca colonial, onde África e América constam: “É a este texto que se atribui em seguida uma potência tão estruturante que o indivíduo que quiser falar com uma voz autenticamente sua sempre incorre no risco de somente conseguir se exprimir a partir de um discurso pré-constituído, que ou mascara seu próprio discurso, ou o censura ou o impele à imitação” (MBEMBE, 2018/19, p. 170).

Referências

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais*. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora. N-1 Edições, 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. Palavras de um xamã yanomani. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite*. Ensaio sobre a África descolonizada. Tradução Fábio Ribeiro. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. Coleção África e os Africanos.

MORA, Marcelo. Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras. 02/10/2013.

G1 São Paulo. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>>. Acesso em em 06 de mar. 2020.

ROHTER, Larry. *Rondon*. Uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

SANTOS, Milton. *Por uma globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Yara Guasque

Artista e Pesquisadora Independente. Membro da comissão Editorial Journal for Artistic Research, JAR. Membro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, ANPAP. Foi membro fundador do Conselho Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura, ABCiber, e sua diretora cultural 2009/2011. Professora aposentada na categoria de associada nível 8 da UDESC.